



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Weliton Prado
Comissão de Defesa do Consumidor
Comissão de Minas e Energia
Comissão Mista de Orçamento

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº _____/2015

(Do Sr. Weliton Prado)

Requer seja realizada audiência pública nesta Comissão para discutir a implantação da linha de transmissão de energia elétrica na região de Belo Vale, em Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEIRO** a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a implantação da linha de transmissão de energia elétrica na região de Belo Vale, em Minas Gerais.

Sugiro sejam convidados os seguintes órgão e entidades:

- 1 – Ministério de Minas e Energia
- 2 – Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
- 3 – Tribunal de Contas da União (TCU)
- 4 – Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- 5 – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
- 6 – Prefeitura Municipal de Belo Vale
- 7 – Associação Comunitária da Boa Morte
- 8- Concessionária Abengoa Brasil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Weliton Prado

Comissão de Defesa do Consumidor

Comissão de Minas e Energia

Comissão Mista de Orçamento

JUSTIFICATIVA

A população de Belo vale está indignada e apreensiva com o empreendimento denominado linhas de transmissão Estreito – Itabirito 2, circuito simples, 500KV, que interliga a subestação Estreito, localizada no município de Ibiraci, à subestação Itabirito 2, em Ouro Preto, passando por Belo Vale, de responsabilidade da ATE XVIII Transmissora de Energia S/A, concessionária de serviço público federal de transmissão de energia elétrica do grupo Abengoa Brasil.

Na área de Belo Vale definida para implantação das linhas de transmissão está inserida a comunidade quilombola de Boa Morte, ao pé da Serra da Moeda.

É de conhecimento de todos que o empreendimento tem elevado impacto ambiental para a região, bem como para o patrimônio histórico-cultural da Comunidade Quilombola de Boa Morte.

A comunidade foi criada no século XVIII, por escravos que trabalhavam nas fazendas locais, possuindo um rico acervo histórico e cultural. A região, ainda, apresenta natureza exuberante e de notável beleza cênica, isolada em uma área já muito castigada pela atividade minerária. Ou seja, possui potencial turístico extremamente elevado, com belas paisagens e cachoeiras, mas que poderá ser prejudicada pelo empreendimento de forma irreversível.

Ressalta-se que o Prefeito de Belo Vale e a Associação Comunitária da Boa Morte têm solicitado e reiterado que sejam disponibilizados os projetos básico e executivo e as informações técnicas sobre as obras, contudo, sem sucesso.

Para tornar mais grave a situação, há uma alternativa de traçado que preserva a beleza natural da região, o patrimônio histórico-cultural, com menor custo financeiro e menor impacto ambiental, que tem sido desconsiderada pela agência e pela concessionária, como as áreas já devastadas pela mineração.

A situação tem ganhado espaço no noticiário mineiro. Segundo reportagem do jornal O Tempo, a população de Belo Vale rejeita a passagem de linha de transmissão de energia e a Prefeitura não aprovou o projeto da linha de transmissão que chegou a ser rejeitado por unanimidade pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema).

Área afetada. Prefeitura de Belo Vale e moradores de comunidade quilombola questionam a instalação de linhas de transmissão no local

PUBLICADO EM 24/03/15 - 03h00

Casa de duas comunidades quilombolas, o município mineiro de Belo Vale, na região Central, está questionando o projeto da Linha de Transmissão (LT) Estreito Itabirito 2, que tem a empresa espanhola Abengoa como concessionária. Segundo o projeto, as torres passariam pela área rural da cidade e a cerca de 1 km das residências da comunidade quilombola Boa Morte.

Duas ações, uma da prefeitura e outra da comunidade quilombola, podem até revogar a licença prévia – primeira etapa do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Weliton Prado

Comissão de Defesa do Consumidor

Comissão de Minas e Energia

Comissão Mista de Orçamento

licenciamento ambiental – do empreendimento, concedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais (Semad). O fato de a declaração de conformidade da Prefeitura de Belo Vale estar sendo questionada na Justiça é um deles. Quando apresentado à prefeitura, o projeto da linha de transmissão foi rejeitado por unanimidade pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema). “Diante da beleza cênica, da natureza intacta e do prejuízo ao potencial turístico, o Codema negou o empreendimento”, afirma o secretário municipal da Fazenda de Belo Vale, Itamar Fernandes Monteiro. Por isso, o prefeito da cidade, José Lapa dos Santos (PMDB), não assinou a declaração. A concessionária, porém, conseguiu a anuência na Justiça. “A empresa alegou que a cidade não tem a Lei de Uso e Ocupação de Solo e por isso reverteu em primeira e segunda instâncias a decisão do prefeito. Porém, temos outras legislações ambientais pertinentes, o município está sendo desconsiderado”, afirma a procuradora geral de Belo Vale, Bárbara Kelly Passos. A prefeitura recorreu, e o processo está no Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo Bárbara. A Semad informa que, caso a decisão do STJ seja favorável à prefeitura, a licença prévia da concessionária poderá ser revogada.

A decisão da comunidade quilombola Boa Morte de solicitar o desvio do traçado da linha de transmissão também pode gerar uma revisão na licença prévia e até mesmo a sua revogação, segundo a Semad.

O projeto passa por três comunidades quilombolas: duas em Belo Vale e uma em Passa Tempo. “A única comunidade que não concordou com o empreendimento foi a Boa Morte. Não vemos mais possibilidade de diálogo, e por isso vamos encaminhar ao órgão licenciador (Semad) a reivindicação de mudança de trajeto”, declara o coordenador do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Palmares, Alexandro Reis. A fundação é responsável por representar as comunidades quilombolas em projetos dessa natureza.

Sem resposta

Abengoa. Concessionária do o projeto da Linha de Transmissão (LT) Estreito Itabirito 2, a espanhola Abengoa não respondeu ao jornal O TEMPO sobre a situação do projeto em Belo Vale.

Degradação

População defende que linha passe por área de mineração

O produtor rural José Ferreira de Rezende relata que já fez até um boletim de ocorrência porque funcionários da empresa Abengoa invadiram sua propriedade quatro vezes para realizar estudos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Weliton Prado

Comissão de Defesa do Consumidor

Comissão de Minas e Energia

Comissão Mista de Orçamento

Para moradores do município de Belo Vale, uma alternativa para o projeto da Linha de Transmissão (LT) Estreito Itabirito 2, que tem a empresa espanhola Abengoa como concessionária, seria passar as torres de transmissão para uma área de mineração, já degradada, que fica próxima ao município. “Um pouco mais para cima da cidade tem uma área de grandes mineradoras que já está degradada. Tem a possibilidade de mudar um pouco o traçado. É a reivindicação mais importante para a nossa comunidade”, diz o secretário municipal da Fazenda de Belo Vale e cidadão da comunidade quilombola Boa Morte, Itamar Fernandes Monteiro.

“A gente entende que energia é necessário, mas gostaríamos que a linha passasse pela área de mineração”, afirma o presidente da Associação Comunitária da comunidade quilombola de Boa Morte, Maurício Cordeiro da Mata.

O produtor rural José Ferreira de Rezende relata que já fez até um boletim de ocorrência porque funcionários da empresa Abengoa invadiram sua propriedade quatro vezes para realizar estudos.

Portanto, diante dos indícios de irregularidades no processo, visto que sequer a Administração Municipal e a comunidade foram ouvidas ou mesmo aprovaram o projeto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação e realização da audiência pública com vistas à suspensão imediata da implantação da linha de transmissão de energia elétrica na região de Belo Vale, objetivando discutir o desvio na área de instalação do empreendimento e obter esclarecimentos sobre os estudos técnicos que comprovem que a área indicada é a única alternativa e de menor custo e impactos ambiental e de patrimônio histórico.

Sala da comissão, em abril de 2015

WELITON PRADO
DEPUTADO FEDERAL - MG